

Mineração e cidade, cidade da mineração: notas sobre a produção do espaço urbano das cidades mineiras sob a égide da indústria mineradora

Harley Silva¹

Igor R. Torres Santos²

Resumo: Um ensaio interpretativo, o presente texto busca identificar a intrínseca relação dialética entre o papel exercido pela atividade da mineração e a cidade daí nascida, produto das relações sociais que se movimentam como uma totalidade em constante construção. Produtos de momentos distintos da realidade social, as cidades mineradoras mineiras trazem em sua paisagem tanto a herança de um momento em que eram centros urbanos e políticos em uma colônia eminentemente agrária e o momento atual, espaços que se articulam com uma ordem global, mas apenas como lócus de exploração.

Palavras chaves: mineração, produção do espaço, cidade, ordem econômica global.

¹ Licenciado em História e Economista (UFMG), Mestre em Demografia pelo Cedeplar-UFMG, Técnico da Sec. de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana de Minas Gerais.

² Geógrafo, Mestrando em Geografia no IGC-UFMG.

Mineração e cidade, cidade da mineração: notas sobre a produção do espaço urbano das cidades mineiras sob a égide da indústria mineradora

Introdução

Já faz algum tempo que a economia e a geografia, províncias de um saber parcelado que tentam compreender as relações sociais a partir de seus conceitos e categorias próprios tem se aproximado, revelando tanto a incompletude destes para a análise da realidade social quando tomados em separado, quanto a consolidação de uma categoria que tomada em conjunto tem sido capaz de fornecer uma dimensão mais complexa da trama social, a saber: a dimensão sócio-espacial.

Falar da dimensão sócio-espacial, da espacialidade produzida pela sociedade é apontar um caminho para a reflexão que nos permite apreender que as relações econômicas (ou qualquer outras como o poder, as relações de classe, etc.) não são deslocadas de sua espacialidade, mas pelo contrário; dela necessita e com ela mantém uma relação dialética de conteúdo e continente; uma relação que não se dá na dimensão de causa e efeito, mas no fato de que a espacialidade é a faceta material do espaço socialmente produzido, condicionante de - e condicionado pelas - práticas sociais (SOUZA, 2006).

Obviamente que aqui não queremos recair em um “determinismo espacial” ou um “determinismo econômico” rasteiros, mesmo porque se acreditamos como Hegel e Marx que o real deve ser concebido como um todo estruturado que se desenvolve e se cria, as dimensões espaciais e econômicas da realidade nos fornecem fenômenos que se configuram como um momento deste todo, cujas determinações e expressões são definidas pela materialidade dos processos sociais, pelo modo de produção de uma dada sociedade. E quais seriam as melhores expressões materiais senão aquelas fornecidas e contidas nas dimensões econômicas e espaciais da sociedade, bem como nos *modos de regulação* (Lojickne, 1981) que esta enseja para um determinado momento histórico e econômico?

É, portanto nesse sentido que o presente texto se configura, como uma tentativa de compreender uma parte da realidade social de construção do espaço urbano em Minas, mais especificamente no chamado Quadrilátero Ferrífero Mineiro, onde estão cidades emblemáticas para a identidade do estado, como Mariana, Ouro Preto, Congonhas e a própria capital do estado, Belo Horizonte. Mesmo tratando de um conjunto heterogêneo de centros urbanos, o objetivo é argumentar a respeito do quanto a trajetória sócio-econômica-espacial da região, em que pesem as especificidades locais, tem sido marcada – ao longo de diferentes momentos da realidade (totalidade) histórica concreta – pela égide do totalizante e globalizante processo de reprodução do capital.

Cidades, relações econômicas ditadas pela atividade da mineração (primeiramente do ouro, ultimamente o minério de ferro) são motores de produção de novas espacialidades e relações de poder que pensadas em uma dimensão mais ampla, articulam e coadunam processos de reprodução de uma parcela do capital que se

articula globalmente, dominando o lugar mas permanecendo como uma *ordem distante*.

Sabemos desde Marx que a produção material da atividade humana condiciona o desenvolvimento histórico da sociedade, que se move como uma totalidade em constante construção; “a própria totalidade é que se concretiza e esta concretização não é apenas criação do conteúdo, mas também criação do todo” (KOSIK, pg. 50, 1989). O caráter material da sociedade, ou seu modo de produção, tende constantemente a este movimento totalizante. Processo em constante re-criação e modificação, nele as mudanças, as formas como a sociedade produz seus objetos materiais (sua economia) servem dialeticamente como base para mudanças ulteriores em outras esferas da vida; nas relações simbólicas, políticas, espaciais, etc., as quais em seguida reagem com/contra ele novamente.

Em notável passagem dos *Grundrisse* Marx esclarece tal condição sob o modo de produção capitalista:

Em um sistema burguês desenvolvido, toda relação econômica pressupõe outras relações na forma econômica burguesa e, portanto, todo fato é ao mesmo tempo um pressuposto; assim efetivamente acontece com todo sistema orgânico. Este mesmo sistema orgânico, como totalidade, tem seus pressupostos, e o seu desenvolvimento no sentido da totalidade consiste justamente no submeter a si todos os elementos da sociedade ou no criar para si órgãos que ainda lhe faltam. Transforma-se em totalidade histórica. O desenvolvimento rumo a esta totalidade é um momento do seu processo, de seu desenvolvimento³.

Isso significa dizer que os elementos isolados que historicamente precederam o surgimento/desenvolvimento/difusão do capitalismo – como a própria atividade da mineração – após o surgimento do capital como relação social (e totalidade concreta) foram trazidos para dentro das relações capitalistas e passaram a ser integrantes do processo de reprodução do capital, existindo como seus momentos orgânicos.

No famoso capítulo XXIV d’*O Capital*, denominado “*A chamada acumulação primitiva*” Marx nos apresenta um quadro de fatos e processos ocorreram na Europa sob relações ainda pré-capitalistas, mas que foram fundamentais para o surgimento do capitalismo enquanto uma nova realidade social, se pensamos no processo histórico como um todo estruturado (Marx, 1989).

Ali, juntamente com as expropriações dos bens comunais no campo e a *liberação* da mão-de-obra de suas amarras servis para a sua posterior absorção como força de trabalho na indústria e nas cidades, com a troca sobrepondo o uso enquanto valor essencial, a acumulação de metais preciosos (notadamente o ouro) foi fundamental para todo o processo que viria colocar de pé na história o *mundo da mercadoria*.

Por conseguinte, sabemos como o colonialismo (e aqui a interpretação de Marx é novamente imprescindível) foi um dos fatores centrais do processo de acumulação primitiva fazendo com que, por exemplo, toneladas de ouro saídas das “Minas Gerais” fossem parar na Inglaterra, seja *legalmente sob o* amparo do artifício jurídico-

³ Marx, *Grundrisse*, in KOSIK (1989).

diplomático do Tratado de Methuen⁴ ou sob formas menos justificáveis, como o contrabando (Pinto, 1979), ajudando a construir as condições que produziram a Revolução Industrial e o próprio capitalismo industrial em escala global.

O que Marx então ensina é que o desenvolvimento de todos esses processos sobre uma base pré-capitalista na verdade faziam parte de um todo estruturado que estava mudando qualitativa e quantitativamente, ensejando novas relações – capitalistas – as quais estavam contidas em germe na sociedade e que também foram se modificando e dando lugar a novas relações, como veremos posteriormente.

Neste trabalho nos interessa ampliar nossa percepção de como o papel exercido por regiões marcadas pela abundância de recursos naturais centrais para o capitalismo global, como é o caso do estado de Minas Gerais, se reverte na construção de uma espacialidade local peculiar. Em outros termos, interessa discutir maneiras pelas quais processos de longa duração, induzidos pela dinâmica de capitais cuja escala é o mundo, têm construído/destruído/reconstruído as características dessa região do Brasil, suas cidades, centros urbanos, em momentos específicos da história mineira.

A mineração foi a atividade motora por trás da configuração espacial mineira desde o século XVII. Ali, num caso exemplar para o argumento postulado por Jacobs (1969), a cidade – e não o campo – foi a forma inicial de organização do espaço no qual o homem encontrou meios adequados para sua sobrevivência e desenvolvimento de suas potencialidades. Ancorada na pujante base material do ouro e pedras preciosas, com os quais havia sonhado o colonizador português por quase dois séculos, a ocupação mineira nasceu urbana. Em pouco mais de meio século haveria de consolidar-se na região das Minas um elevado número de centros urbanos dispersos pelo território montanhoso da província das Minas:

O processo de ocupação do território que veio a se tornar Minas Gerais se acentuou entre o final do século XVII e início do XVIII, com a descoberta de ouro. As criações das três primeiras vilas – em 1711, Vila Real de N. Sra. do Carmo (Mariana), Vila Rica (Ouro Preto) e Vila Real da Conceição de Sabará – sinalizam os primeiros focos de extração aurífera e o principal destino dos imigrantes. No segundo momento, de 1713 a 1750, as ereções das vilas de São João e São José del Rei [atual Tiradentes], Caeté, Pitangui, Minas Novas e Serro marcaram a consolidação do “núcleo minerador principal de Minas Gerais” (Paula, 1988 *apud* Rodarte, 2008).

Essa ocupação, como testemunha o relativamente rápido ciclo de auge da produção aurífera, se dá em grande velocidade. Ao longo de pouco mais de meio século, acorreriam a região um elevado número de reinóis, gente branca da colônia e, numerosos escravos, a gente cativa cujo braço forte e o conhecimento prático trazido de seu continente natal seria muitas vezes fundamental para o êxito da atividade mineradora, uma vez que muitos “homens e mulheres africanos, embarcados na Costa da Mina (...) eram tradicionais conhecedores de técnicas de mineração do ouro e do ferro, [e] técnicas de fundição desses metais. (...) conheciam muito mais sobre a matéria que os portugueses...” (Paiva, 2002).

⁴ Sobre o tratado e seu impacto sobre a economia do império português veja Falcon (2006).

Esse influxo de população, pela sua dimensão e rapidez, deu origem a “desequilíbrios econômicos”, oriundos do descompasso entre a expansão da demanda por víveres e sua incipiente, ou mesmo inexistente, produção na região e a possibilidade irregular da importação de outras áreas da colônia (Rodarte, 2008). O que autor chama de desequilíbrios, pode ser visto como os estímulos econômicos decorrentes da implantação acelerada, quase *ex nihilo*, de centros urbanos dinâmicos. Na perspectiva adotada pelo autor estas distorções seriam corrigidos “de forma rápida pela criação e regularização de grandes rotas comerciais e pelo gradual aumento da produção própria de bens, sobretudo mantimentos, voltados ao consumo local”. Em breve, já na segunda década do XVIII viriam as primeiras cartas da coroa portuguesa reconhecendo propriedades rurais destinadas à criação, ao cultivo de milho, cana-de-açúcar para produção de açúcar, rapadura e aguardente (Rodarte, 2008).

Assim, mesmo limitada em sua potencialidade econômica e social pela lógica do exclusivo colonial e o escravismo (Rodarte, 2008), a *cidade mineradora* do Brasil colonial se constituiria como um espaço de dinamismo cultural, como testemunha a poesia e a música colonial mineiras; de diversificação e emancipação social – inclusive para os negros; de florescimento de instituições sociais pujantes, como as irmandades religiosas ou ordens terceiras; de contestação política e busca de liberdade, como se conhece pelas numerosas sedições, contendas e revoltas e, sobretudo a emergência do movimento dos Inconfidentes de Vila Rica. Toda essa riqueza social, econômica e cultural encontrou sua expressão eloqüente na construção de um espaço urbano notável, denso, complexo, cuja capacidade de transmitir sua riqueza múltipla continuou a ser forte e marcante até os nossos dias.

Registre-se novamente o que já foi dito acima, a saber, que o florescimento da cidade mineradora mineira se ligava a uma *ordem distante*:

... a riqueza mineral concentrada principalmente em Minas Gerais integrou a colônia diretamente, por algumas décadas, ao centro motor da economia mercantilista mundial, permitindo interações políticas e culturais inimagináveis em colônia até então tão abandonada. E surpreendentemente, a periferia da periferia, o interior da colônia atrasada, em pouco mais de meio século produziu uma base cultural e artística de forte expressão autóctone, eventualmente dando origem a um movimento político atual e contemporâneo das grandes transformações burguesas na Europa e América do Norte (Monte-Mór 2001).

Em outra perspectiva, como eram os imperativos da acumulação (primitiva) do capitalismo europeu que de fato determinavam o ritmo e a lógica pela qual os efeitos econômicos da mineração do ouro e pedras preciosas, determinava-se aí também em que medida seriam absorvida pela economia da região produtora alguns efeitos da riqueza ali gerada. Ao longo do XVIII, esse caminho foi determinado relativamente “às claras” pela suserania lusa na colônia e da submissão dos próprios destinos lusos aos interesses britânicos. É bastante conhecida a sistemática pela qual a submissão portuguesa aos desígnios da economia inglesa e como essa realidade transformou esta potência na beneficiária principal da riqueza extraída das minas da colônia (Pinto, 1979).

Ainda assim, a cidade mineradora colonial se constituiu de alguma forma como *espaço de emancipação*, na medida em que emergiu não só como nó de um sistema econômico (internacional) que emergia (se manifestava) na colônia⁵ mas também, como *cidade política* (Lefebvre, 2002), isso é, materialização da autoridade temporal da coroa portuguesa, assim como da autoridade eclesiástica católica que se entendia de forma sólida pelo território montanhoso da província. Tanto assim foi que ainda hoje o visitante atento tem a oportunidade de se deparar marcas de como o poder temporal e religioso português se fez presente nas Minas.

Para ficar apenas em um exemplo: assim é na impressionante Praça Minas Gerais em Mariana, onde se erguem o Pelourinho encimado pela Esfera Armilar, a Casa da Câmara, a primeira da Província, e os dois poderosos templos católicos erguidos lado a lado por Irmandades do Carmo e de São Francisco. Mas assim também espanta a quem se afastando do centro da primeira vila e primeira capital mineira encontra, num raio de 20 ou 30 quilômetros em redor, grande número de *centros urbanos* hoje aparentemente dispersos e desconexos, mas quase sempre dotados de marcas de um *extinto* vigor urbano, templos religiosos altaneiros, casarões, contrastando com o casario antigo e baixo, mas especialmente com a precariedade do que se constrói contemporaneamente. Assim é em Santa Rita Durão; assim é em Bento Rodrigues e alhures. E falamos apenas do município de Mariana.

A cidade mineradora mineira, e o espaço econômico que ela ordenou, percorre um caminho tortuoso ao longo do séc. XIX, após a decadência da produção de metais e pedras preciosas tal qual ela se dava – em termos técnicos – no período de auge do século anterior. Seu espaço econômico se metamorfoseia de modo a se adaptar ao novo contexto *nacional* que emerge, na qual o centro econômico se constitui no Rio de Janeiro e em seguida em São Paulo (Rodarte 1999). Um manto de ruralidade se estenderia sobre aquela rede urbana cujos centros “não apenas foram responsáveis por uma economia e cultura urbanas expressivas e contemporâneas do nascimento da modernidade burguesa européia, mas respondem também pela primeira integração macro-regional no território brasileiro” (Monte-Mór 2001).

Mas se a ausência, ou não-procura, de novas técnicas que tornassem a mineração do ouro possível na das Minas implicou a transformação da província de importadora em exportadora de viveres em gêneros alimentícios, a economia da mineração não tardaria a se restabelecer em bases muito mais amplas e francamente industriais. O “coração de ouro” dos recursos minerais do estado estaria disponível somente com o emprego das técnicas industriais avançadas de exploração que seriam implantadas pelo capital estrangeiro, especialmente inglês. Mas seria a emergência e consolidação da mineração do ferro e sua cadeia produtiva no estado ao longo do séc. XX um dos fatores, senão o mais importante fator econômico (intra-estadual) que dá sentido a organização do espaço econômico mineiro contemporâneo.

⁵ Furtado (1991) trás uma brilhante exposição do processo. Monte-Mór (2001) argumenta a respeito do “fortalecimento sem par na colônia de uma rede urbana, tanto diretamente ligada à produção mineral quanto indiretamente, produzindo alimentos, serviços de transporte, etc.” cuja “macro-região de influência a partir do século XVIII, teve impactos diretos em São Paulo e no Rio de Janeiro e estendeu-se do Rio Grande do Sul ao Piauí, além de desdobrar-se para oeste sobre o Planalto Central e seu derramamento para a Amazônia, significando um salto qualitativo e quantitativo na ocupação do território brasileiro” (p. 6).

Não apresentaremos aqui esse processo. Ele está descrito, em suas várias nuances, em numerosos trabalhos os quais tornam claro como essa dinâmica determinou, entre outras numerosas características da Minas Gerais atual, a emergência de elites “técnico-políticas” altamente influentes na história do estado e do país (Carvalho, 1978); como se deu a participação concertada de estado e capital estrangeiro na sua consolidação (Diniz 1981), ou mais recentemente, como evoluiu um complexo arranjo institucional onde interagem instituições de (públicas) pesquisa e empresas privadas, nacionais e multinacionais, inclusive seguimentos dos mais importantes do capital internacional (Santos 2009).

A indústria mineradora e o território mineiro no séc. XX⁶

Não mencionamos ainda o que é primordial para o momento: que a consolidação de um complexo econômico desta magnitude pressupõe, implica a extensão no território das *condições gerais de produção* em escala e qualidade específicas para a manutenção das condições de operação de uma *indústria* das proporções do complexo minerador mineiro e seus desdobramentos na indústria minero-metal-mecânica.⁷

Ocorre, no entanto, que essa extensão se dá sob condições peculiares ao capitalismo brasileiro, periférico e tardio, e também – por assim dizer – em justaposição ao tal quadro urbano mineiro que vimos de mencionar. Necessária seria a construção de um quadro social, assim como de um espaço urbano-industrial peculiar que acomodasse as exigências das condições de produção e reprodução do capital na região. Tais exigências iam desde a implantação de plantas industriais propriamente ditas, como principia a acontecer desde o início do séc. XIX como a Fábrica Patriótica de *Eschwege* em Congonhas (1811), à infra-estrutura de transporte da produção, até a construção de um quadro sócio-institucional que *acomodasse* a mão-de-obra local ao formato de relações de trabalho capitalistas. Tratava-se em verdade de construir em Minas um espaço adequado a exploração capitalista dos abundantes recursos naturais, processo que recolocou insistentemente a economia do estado em conexão estreita com setores chave da economia global e continua a fazê-lo nesse início de terceiro milênio⁸.

As fragilidades ou contradições específicas do capitalismo periférico no Brasil e em Minas seguiram, ao longo do séc. XX, se manifestando nas relações de trabalho, na

⁶ Certamente aqui não tratamos de analisar o conjunto do território do estado de Minas Gerais, senão da região central em que se concentra a maior parte da atividade mineradora e metalúrgica no estado.

⁷ O argumento poderia também encampar – crescendo muito em complexidade – as conexões deste parque com a indústria automobilística, pelo menos desde a implantação da FIAT Automóveis em Minas, nos anos 1970.

⁸ Algo curioso é que esse processo esteja insistentemente assentado em “pés de barro”. Assim o era no séc. XVIII, com o emprego enviesado e mistificado do conhecimento africano para a exploração mineral (Paiva 2002). Assim a tragédia se repetia cem anos mais tarde com a pitoresca relação trabalhista estabelecida entre escravos, senhores escravistas e o capital industrial inglês da Saint John del Rey Mining Co. Para a exploração do ouro na mina de Morro Velho em Nova Lima, escravos eram alugados a seus senhores e se relacionavam com a empresa nos marcos de um trabalho assalariado formal, inclusive com a construção pelos patrões de residências, hospitais e outros espaços de reprodução adequados a oferta consistente de mão-de-obra da qual não se dispunha regularmente (Libby, 1984).

produção do espaço urbano, na extensão (incompleta e desigual) das condições gerais de produção capitalista ao território. *Exigências* próprias da *reprodução do capital*, em casos da indústria mineradora e outros agentes da cadeia produtiva minero-metal-mecânica, foram a princípio absorvidas pelo próprio capital⁹.

Naquele momento o capital esteve obrigado a despender recursos com as condições de reprodução da força de trabalho, por extensão para a construção dos próprios núcleos urbanos e no limite da habitação para o trabalhador industrial. Mas essa linha de ação não tardaria a se recompor, se redirecionar para um *outro nível mínimo* o qual está ele mesmo em constante alteração. Ainda nos anos 1970, período em que principia o enorme processo de reestruturação econômica em escala mundial, a política trabalhista das grandes empresas que se instalavam em Minas e no Brasil se alteraria fortemente.¹⁰

Ao longo dos anos 1970 a economia internacional sofreria “abalos sísmicos”, emergindo altamente reestruturada na década seguinte, após as crises do petróleo e a revolução microeletrônica e a consolidação da hegemonia do capital financeiro em escala global. No Brasil a economia atravessaria o *milagre brasileiro* e em seguida a crise de múltiplas faces – econômica inflacionária, fiscal do estado, urbanização acelerada, fim dos regimes autoritários – com as quais conviveu no período que se encerra em meados dos anos 1990, quando um novo cenário começa a se delinear. O ensaio de entrada do estado brasileiro no modelo de estado do bem estar social, assim como a entrada decisiva como agente expansão de atividades produtivas e infra-estrutura – exigências da própria expansão capitalista no país – foram questionados desde a base e, sob a vaga inflacionaria, sairia marcado pelo discurso e prática do liberalismo *fin de siècle*, defendido nos países centrais, que renovavam o discurso de mercado.

Nesse lapso de tempo, a segunda metade do séc. XX, a atividade mineradora do ferro em Minas (e no Brasil) se desenvolveu de forma bastante pujante. A despeito das iniciativas anteriores, o grande salto da mineração brasileira se deu com a implantação durante a II Grande Guerra da Cia. Vale do Rio Doce, em Minas Gerais. Implantada na esteira da demanda dos aliados por novas fontes de matéria prima, a companhia materializava o sonho de muitas décadas da tecnocracia mineira. Fundada em 1942, a então CVRD, alcançaria “dimensões notáveis na década de 1960” e, segundo um autor que escrevia no ano de 1995, foi sob os “primeiros governos militares [que] a mineração deve seu período de maior crescimento e esplendor”, inclusive com a manutenção de planos expansionistas para a empresa formulados sob o governo João

⁹ São casos exemplares dessa realidade, em Minas, a atuação da Cia. Belgo Mineira em João Monlevade e Sabará; a própria criação da “Cidade Aberta”, Ipatinga no Vale do Aço. Da mudança de postura – como se diz a seguir – que se processaria em breve é emblemática a atuação da Cenibra (Monte-Mór, 1997).

¹⁰ A Cenibra (Celulose Nipo-Brasileira S.A.), instalada no ano de 1973, terceiriza desde o início de suas atividades grande parte (50%) da mão-de-obra empregada; investimento em transportes que lhe desse acesso a contingentes de força de trabalho já instalados em municípios do Vale do Aço e em Governador Valadares – isso é centros urbanos onde os imprescindíveis meios de consumo coletivo já estivessem instalados e nos quais não seria necessário imobilizar recursos (Monte-Mór 1997, p. 143), tratando-se portanto da clássica situação da socialização de custos pela empresa privada (Furtado 1991).

Goulart (Silva 1995). Privatizada no ano de 1997, a companhia, hoje denominada apenas Vale, é a segunda maior empresa mineradora do mundo¹¹.

Ainda nos anos 1960 a empresa – então pública – dá início a uma série de acordos com empresas de capital japonês, firmando contratos de longo prazo para fornecimento de minério de ferro, ao mesmo tempo em que diversificava fortemente suas atividades em outras áreas (outros setores minerais, indústrias, transporte e atividades agrícolas), transformando-se assim:

no maior sistema de empresas conglomeradas do Brasil, atuando nas seguintes áreas: madeira e celulose; bauxita, alumina e alumínio; aço e metalurgia; prospecção e extração mineral; transportes; pelotização e navegação. Após a privatização, a CVRD concentrou suas operações em mineração, energia, logística e ferrovias, portos, navegação. Isso significou a saída da empresa do segmento de papel e celulose (Monte-Mór *et alli*, 2006 – p. 8).

A importância crescente dos negócios da empresa no exterior e o aspecto central do escoamento de sua produção e integração (interna) de seus investimentos, simultaneamente *intensivos no uso do espaço e de, sobretudo de recursos naturais, mas também inescapavelmente de tecnologia*, fez com que o escopo de suas atividades ultrapassasse em muito suas diretrizes iniciais:

Mais do que uma mineradora, a CVRD é uma empresa de logística, cuja espinha dorsal é o seu sistema de transportes. Dona de três ferrovias, a EFVM, a FCA e EFC, é a maior transportadora sobre trilhos do País. Possui vários terminais marítimos, como os portos de Tubarão e Ponta da Madeira. (Monte-Mór *et alli*, 2006 – p. 10).

A extensa rede de transporte ferroviário implantado pela empresa teve papel fundamental na instalação e consolidação do complexo mineiro-siderúrgico na região,¹² constituindo a integração de todas as minas exploradas pela empresa e por outras do ramo, muitas das quais estão atualmente sob direta ou indiretamente sob seu controle acionário. Dessa forma:

a construção da infra-estrutura de apoio ao setor de mineiro-siderúrgico (ferroviária e portuária) resultaria na remodelação do espaço de toda a região, particularmente das cidades do Quadrilátero Ferrífero, do Vale do Aço e [até] da Grande Vitória... (Monte-Mór *et alli*, 2006 – p. 10).

A implantação desse “sistema infraestrutural”, resultante da vinculação entre recursos naturais no Brasil e capitais internacionais, especialmente, asiáticos (japoneses a princípio e chineses mais recentemente) teve tal alcance no ordenamento da atividade que chega a:

... **mudar a navegação mundial à longa distância**, criando um dispositivo logístico que incluía grandes portos em ambos os países [Brasil e Japão] e

¹¹ Informação divulgada em <http://www.geologo.com.br>, com data de 25/2/2009. Acesso em 18/02/2010.

¹² Curiosamente, isso se dá ao mesmo tempo em que no país o transporte sobre trilhos – de carga e passageiros – seria substituído no país pelo rodoviário.

supergraneleiros para transporte de minério. (Monte-Mór *et alli*, 2006 – grifo nosso).

Desta forma, a Vale, arquétipo da empresa mineradora, atinge o início do séc. XXI na posição de um ícone da modernização periférica. Assentada sobre recursos naturais abundantes, fato primaz da modernidade tardia e incompleta do Brasil, a empresa saltou desta *base* para a condição de uma das maiores empresas do mundo. Nascida como uma empresa pública de exploração de recursos naturais, se tornou um ator central de um capitalismo global *high-tech*. Sua atuação e pujança representam a posição limite, interação dialética, entre uma atividade totalmente ligada ao território, a produção do espaço e ao lugar, e uma lógica da acumulação globalizada e globalizante, desterritorializada.

Não nos cabe prosseguir a discussão do papel ou da atuação dessa empresa como um agente, gigantesco, mas “isolado” se isso é possível de ser dito, em ação simultaneamente no capitalismo global, mas em (diversos) níveis locais. É de interesse sim perceber, e ampliar a compreensão de, como as metamorfoses da atividade econômica mineradora levaram a esse momento, a esse cenário e a essa configuração de forças. Isso porque, as decisões desse agente econômico díspar no cenário brasileiro tornaram-se centrais para o andamento da economia nacional. As decisões do capital minerador são hoje matéria prima do futuro da economia do país, mais ainda do Estado de Minas Gerais, como dão testemunho o seu acompanhamento atento durante o período de crise dos últimos anos, 2008-2009.

Nesse contexto, de volta a temática da produção do espaço urbano e regional, coloca-se a perplexidade de uma lógica do “*espaço da produção* radicalmente separado do *espaço da reprodução*”, como fato característico das economias periféricas. Esse fato pode e deve ser investigado na realidade das cidades mineiras grandes produtoras de minério de ferro, como Itabira, Nova Lima, Ouro Preto, Congonhas e Mariana, Sabará, Itabirito e Barão de Cocais, não por acaso, todas herdeiras de um passado colonial importante e imponente, e que ainda hoje tem sua economia ligada a mineração. Qual espaço urbano tem sido produzido por essa atividade nesses centros urbanos atualmente? Em que medida será possível para esses centros interagir de modo aceitável, passível de gerar algum “desenvolvimento” não apenas “crescimento” para as populações locais? São questões que renovam seu sentido quando reunimos as informações que vimos de expor.

Para (não) concluir

Como dissemos anteriormente o espaço é uma faceta da totalidade social que produzido materialmente, acomoda e expressa o modo de produção de um dado momento social. Produto e produtor da vida social o espaço socialmente produzido se expressa como um palimpsesto, revelando formas e conteúdos de momentos da vida social que se sucedem.

Nesse sentido, quando lançamos um olhar sobre estas localidades aqui brevemente exploradas e vislumbramos sua paisagem urbana podemos apreender dois momentos essenciais e distintos, que se configuraram e (se configuram) sobre bases econômicas diferentes: uma pré-capitalista, onde os sentidos de obra, valor de uso e de poder político se sobressaem em importância; e um momento posterior, sob o jugo do

capitalismo, onde o espaço produzido se desenvolve a partir dos ditames da reprodução do mundo das mercadorias.

Se concordamos com Lefebvre (1999, 2007) quando este afirma que a formação de importantes cidades como as de nosso objeto de estudo sob relações pré-capitalistas se caracterizam pelo conteúdo político e de poder, exercendo controle sobre as áreas da produção de riquezas, Ouro Preto, Mariana e outras não eram simplesmente cidades de mineração; eram também cidades políticas, centro de um poder que se fazia presente em sua ausência, sendo o barroco sua principal expressão estética e arquitetônica.

Não obstante, os valores de uso da cidade superavam os de troca, pois as relações capitalistas ainda não tinham tomado forma superior como totalidade, sendo que a cidade ainda era considerada como uma obra, uma criação humana por excelência .

Nesse sentido, Lefebvre destaca que tais cidades acabavam por ser uma mediação entre uma ordem próxima e uma ordem distante sendo a ordem próxima “aquela do campo circundante que a cidade domina, organiza, explora extorquindo-lhe sobre-trabalho” e a ordem distante a da sociedade no seu conjunto (pré-capitalista). Além disso, enquanto mediação a cidade também é o local onde as contradições da sociedade considerada se manifestam como, por exemplo, no âmbito do poder político onde a Inconfidência é nosso melhor modelo.

Enquanto obra, a paisagem barroca dessas cidades expressam um sentido de uma obra de arte. O espaço não era apenas organizado e instituído. Era também modelado, apropriado para um grupo determinado que ali imprimia suas exigências, sua ética e sua estética, ou seja, sua ideologia. Assim, a monumentalidade tão presente na geografia histórica dessas cidades atesta seu aspecto de obra, de um uso e um valor de uso que ainda definiam o emprego do tempo (Lefebvre, 2007).

A cidade como obra precede e preexiste à industrialização, fenômeno este que caracteriza a sociedade moderna. A industrialização capitalista corrompe todos os valores e sentidos anteriores ao seu estabelecimento, redefinindo processos, inclusive os espaciais. A burguesia, com a industrialização, estabelece o golpe final no domínio sobre a cidade; esta agora comporta tanto a troca quanto o consumo, a produção e a circulação, ela (a burguesia) e a classe trabalhadora.

Diante desses novos processos a paisagem, o espaço, a cidade também se modificam. Nos termos de Harvey (2004, pg 87) a nova organização espacial se modifica para acomodar uma nova etapa do inexorável processo de acumulação:

“o capitalismo produz uma paisagem geográfica (de relações espaciais, de organização territorial e de sistemas de lugares ligados por meio de uma divisão “global” do trabalho e de funções) apropriadas à sua própria dinâmica de acumulação num momento particular de sua história, simplesmente para ter de reduzir a escombros e reconstruir essa paisagem geográfica a fim de acomodar a acumulação em um estágio ulterior”.

A consequência de todos esses contraditórios processos é a constante instabilidade das configurações espaciais, ou seja, a tensão constante entre as estruturas espaciais

imobilizadas que formam a paisagem geográfica e que tanto contribuem para o processo de acumulação capitalista.

Nas cidades mineradoras mineiras tais processos sob o capitalismo industrial também se reproduzem. Sob o jugo das relações capitalistas a cidade de obra se transforma em produto a ser reproduzido e consumido. A urbanização se torna também motora da acumulação estendendo o tecido urbano dessas cidades na construção de novas periferias. O espaço da cidade, feito em pedaços, é vendido, trocado, consumido. E, principalmente, a atividade mineradora se redefine.

Neste novo momento (principalmente a partir da segunda metade do século XX) a atividade mineradora se torna ainda mais global e ainda mais desconectada com o lugar. No mundo do capitalismo globalizado as empresas globais (inclusive as da mineração) produzem privativamente suas normas particulares, cuja vigência, acaba por ser geralmente e sob muitos aspectos, “indiferente” aos contextos em que se inserem (Santos, 2002). Nessa luta pelo uso do espaço o que se tem é a completa dominação deste e sua sujeição à nova racionalidade predominante.

Desterritorializada, a empresa mineradora global do século XXI separa o centro da ação e a sede da ação, produzindo uma espacialidade urbana apenas funcional aos ditames da acumulação, carregada de contradições sócio-espaciais que deixam suas marcas na paisagem urbana local. No entanto, nessas cidades essas marcas já não aparecem mais como obras, mas apenas como mercadorias.

Referências bibliográficas

CARVALHO, J. M. A escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

DINIZ, C.C. Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira. Belo Horizonte: UFMG, 1981.

FURTADO, C. 1991. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

HARVEY, D. Condição Pós-Moderna. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

_____. A justiça social e a cidade. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

_____. “A geografia da acumulação capitalista: uma reconstrução da teoria marxista”. In: A produção capitalista do espaço. São Paulo: Ambulante, 2005a.

_____. “A geopolítica do capitalismo”. In: A produção capitalista do espaço. São Paulo: Ambulante, 2005b.

_____. Los Limites del capitalismo y la Teoria Marxista: Fondo de Cultura Económica. México: 1990.

_____. Espaços urbanos na aldeia global: reflexões sobre a condição urbana no capitalismo do final do século XX. Transcrição e tradução de gravação de palestra. Belo Horizonte, 1º semestre de 1995.

LEFEBVRE, Henri. Espaço e política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

_____, A Produção do Espaço. Trad. Doralice Barros e Sérgio Martins (do original: La Production De L'espace. 4ª ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000) primeira versão: início – fev. 2006.

_____, A Revolução Urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

_____, The Survival of capitalism. London: Allison & Busby, 1976.

MARX, K. O capital: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, Livro 1; Vol. 2. Rio de Janeiro, 1989.

MONTE MÓR, R. L. M. (Coord.), COSTA, H. S. M. RUIZ, R. M., PERINI, K. F., PEIXOTO, N. B. Projeto de Pesquisa MG/ES - Um Sistema Infra-estrutural, Arte/Cidade - PUC/SP-UFES, 2006. Acesso em 18/02/2010. Disponível em http://www.pucsp.br/artecidade/mg_es.

MONTE MÓR, R. L. M. A Fisionomia das Cidades Mineradoras. Belo Horizonte: Cedeplar/Face/UFMG, Texto para Discussão; 2001b.

_____, Gênese e Estrutura da Cidade Mineradora. Belo Horizonte: Cedeplar/Face/UFMG, Texto para Discussão; 2001a.

_____, Ocupação do Território e Estrutura Urbana. In: PAULA, João Antônio de, et.al.. (Org.). Biodiversidade, População e Economia: uma Região de Mata Atlântica. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR/ECMVS, 1997.

PAIVA, E. F. Bateias, carumbés, tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no Novo Mundo. In ANASTASIA, Carla M. J. & PAIVA, Eduardo F. O trabalho mestiço – maneiras de pensar e formas de viver, séculos XVI a XIX. São Paulo: Annablume: PPGH/ UFMG, 2002.

PINTO, V.N. O ouro brasileiro e o comercio anglo-português: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII. São Paulo, Nacional, 1979.

RODARTE, M. M. S., O caso das Minas que não se esgotaram: a pertinácia do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana de Minas Gerais. Dissertação de Mestrado em Economia, Cedeplar/UFMG, Belo Horizonte, 1999.

_____, O trabalho do fogo: Perfis de domicílios enquanto unidades de produção e reprodução na Minas Gerais Oitocentista. Tese de Doutorado em Demografia, Cedeplar/UFMG, Belo Horizonte, 2008.

SANTOS, U.P. Ambiente Institucional e Inovação na Siderurgia de Minas Gerais. Dissertação de Mestrado em Economia. UFMG/Cedeplar, Belo Horizonte, 2009.

SILVA, O. P. A mineração em minas gerais: passado, presente e futuro. Revista Geonomos 3(1), IGC-UFMG. Belo Horizonte, 1995.